

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**
9912271704-DR/PR
SENAR

-----CORREIOS-----

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII n° 1224 - 15/07/2013 a 21/07/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

CLIMA

ÁGUAS DO INVERNO

MEIO AMBIENTE

.....
Cadastro técnico
do Ibama

LOGÍSTICA

.....
A promessa da
nova Ferrovia

FUNRURAL

.....
Orientações sobre
o recolhimento

Aos Leitores



Tom Jobim ainda encanta o mundo com suas composições e numa delas, “Águas de Março”, as chuvas fechando o verão são cantadas em prosa e versos.

Essa composição é de um tempo em que não se falava de El Niño e El Niña, fenômenos climáticos que explicam súbitas alterações meteorológicas.

Por exemplo, os vendavais que cobriram o território paranaense neste início de inverno.

As cenas captadas pelos cinegrafistas de TV mostraram, em imagens panorâmicas ou não, as destruições, o lamento pelas perdas e estradas transformadas em rios.

Mas não revelam o drama de quem teve plantações tombadas, animais e benfeitorias engolidas pela fúria das águas.

As quatro grandes bacias hidrográficas do estado receberam um volume de chuvas pouco visto anteriormente.

Nesta edição busca-se dar um retrato em textos, mas principalmente em imagens, do que aconteceu em nosso território.

Índice

Cadastro	03
Entrevista	04
Opinião	06
Código	08
Logística	10
Avicultura	11
Capa	12
Legislação	30
Notas/Fundepec	32
Eventos Sindicais	34
Via Rápida	38

Fotos: Clayton Bugath, Fernando Santos, Arquivo FAEP, Divulgação e Agência Estadual de Notícias

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

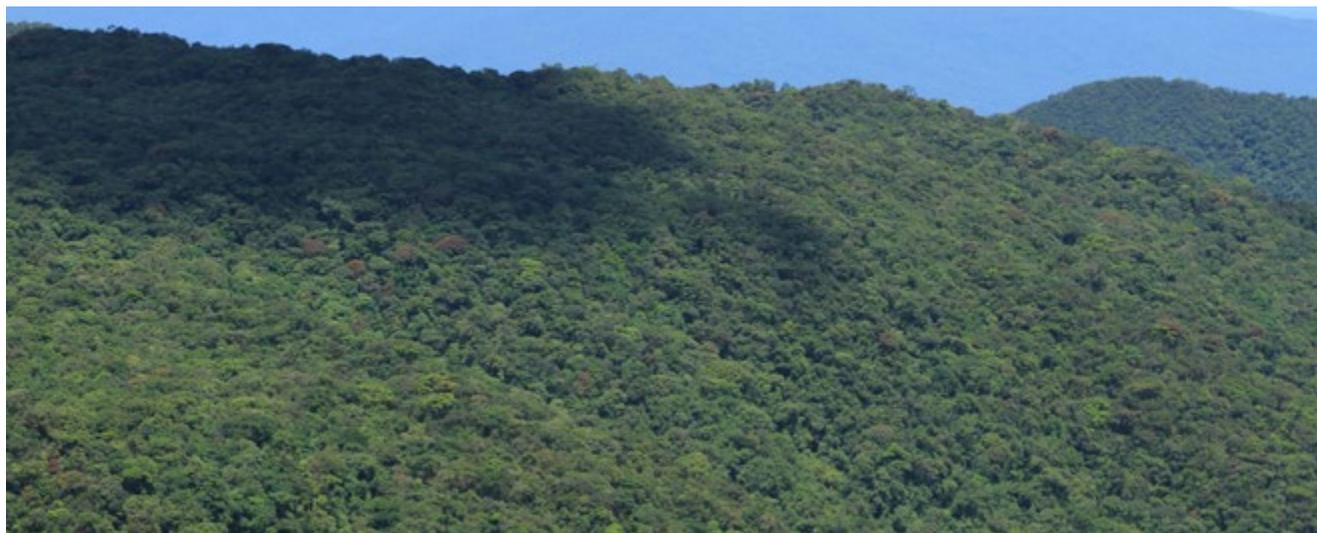
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Cadastro Técnico Federal do Ibama

Confira os prazos do recadastramento das pessoas físicas e jurídicas



O Ibama iniciou, no último dia 1º de julho, o recadastramento obrigatório de todas as pessoas inscritas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

O Cadastro Técnico Ambiental contém o registro das pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. O procedimento está previsto na Lei de Políticas Nacionais de Meio Ambiente e as informações têm com finalidade dar suporte às ações de controle, fiscalização, licenciamento e gestão ambiental dos órgãos do meio ambiente.

Necessitam efetuar o recadastro os usuários do sistema

Documento de Origem Florestal (DOF), que é necessário para o transporte de madeira de origem nativa, pessoas físicas, pessoas jurídicas de médio e grande porte, microempresas, entre outros.

Para o recadastramento não é necessário ir até uma unidade do Ibama. O processo é feito exclusivamente pela Internet, por meio do endereço eletrônico www.ibama.gov.br. Basta acessar o sistema, com seu CNPJ ou CPF e senha.

As pessoas inscritas que não cumprirem os prazos do recadastramento terão a situação cadastral modificada da condição de Suspenso para Averiguações. Essa situação significa que ela não terá acesso ao seu cadastro nem a qualquer sistema do Ibama. Os prazos estão descritos na tabela abaixo.

PRAZOS	PÚBLICO-ALVO			
1º/07/2013 a 30/09/2013	Todos os usuários do sistema DOF	Pessoas jurídicas de porte grande	Pessoas físicas inscritas como responsável legal de pessoa jurídica de grande porte	
1º/07/2013 a 31/12/2013	Entidades sem fins lucrativos não filantrópicas	Pessoas jurídicas de porte médio	Pessoas físicas inscritas como responsável legal de pessoa jurídica de porte médio e de entidades sem fins lucrativos não filantrópicas	Pessoas físicas inscritas que não se enquadram na condição de responsável legal (dirigente) de pessoa jurídica
1º/07/2013 a 28/02/2013	Entidades públicas e entidades sem fins lucrativos filantrópicas	Microempresas e pessoas jurídicas de porte pequeno	Pessoas físicas inscritas como responsável legal de pessoa jurídica de microempresa, de pessoa jurídica de porte pequeno	Pessoas físicas inscritas como responsável legal de entidades sem fins lucrativos filantrópicas

Aliados naturais contra as pragas

Você conhece o Manejo Integrado de Pragas (MIP) ou já ouviu falar no Manejo Integrado de Doenças (MID)? Pelo MIP, por exemplo, você economiza na hora da aplicação de produtos químicos, deixando que um inimigo natural faça o combate às pragas das lavouras. Um exemplo disso é a vespa *Trichogramma sp.*, que se tornou uma importante ferramenta ao combate de lagartas de soja. A vespinha, como é conhecida – com pouco mais de três milímetros –, é cada vez mais utilizada para fazer o controle biológico natural contra pragas e reduzir a aplicação de inseticidas nas lavouras. O produtor pode usar todas as técnicas de manejo de pragas para racionalizar e diminuir o uso de inseticidas. Em entrevista ao Boletim Informativo, o engenheiro agrônomo Celso Daniel Seratto, mestre e coordenador do trabalho com grãos da Emater, explica as principais vantagens do MIP e do MID.



BI – Afinal, o que é MIP e MID?

Celso – O MIP é o arranjo e uso de técnicas que se baseiam no conhecimento sobre o comportamento e a biologia dos insetos pragas, ou seja, dos insetos que atuam como inimigos naturais da lavoura que está sendo cultivada. Assim como o MIP, o MID consiste em conhecimentos e técnicas comprovadas cientificamente, com base no comportamento e na biologia dos fungos e das cultivares na lavoura. Através das duas técnicas, podemos tomar decisão sobre o momento e a maneira mais eficiente para controlar as doenças.

BI – A adoção do MIP e do MID está avançando no Brasil?

Celso – O uso das técnicas está cada vez mais crescendo no país. Desde 1970 elas são conhecidas e utilizadas em todo o mundo e têm avançado em diferentes partes do mundo, como o Canadá, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália e Espanha, China, o Japão e a Austrália.

BI – Quais os critérios que o produtor deve seguir ao adotar as técnicas?

Celso – Os produtores e profissionais que prestam assistência técnica devem seguir os protocolos de controle e as pesquisas desenvolvidas no meio científico. É o que nós da Emater buscamos fazer. O princípio básico é de só intervir, agir na lavoura, quando se atinge um nível elevado de dano econômico causado pelo inseto-praga vai ultrapassar o custo de controle. Por isso, essas práticas exigem mais conhecimento e certa convivência com a presença das pragas.

BI – Como funcionam as técnicas do MIP, por exemplo?

Celso – Todas as técnicas empregadas no MIP são validadas por pesquisas e experiências de campo desenvolvidas pela Emater, entre outros. Por exemplo, no controle da lagarta da soja (*Anticarsia gemmatalis*), só se recomenda a intervenção com produtos químicos antes do florescimento, quando a desfolha está prestes a alcançar a marca de 30% da área foliar; e depois do florescimento, quando está perto dos 15%. No entanto, é evidente que devem ser consideradas as condições e previsões climáticas para os próximos 10 dias, permitindo tomar uma decisão bastante segura de intervenção com o uso de inseticidas. E, nesse caso, o recomendado é utilizar produtos seletivos aos inimigos naturais, sempre que possível. A estratégia central do MIP é sempre a de causar o menor impacto possível no ambiente, permitindo que a natureza também ajude no controle das pragas que estão causando o dano econômico. É esse justamente o ponto central: as pragas só devem ser controladas quando provocam um dano que justifique essa ação.

BI – Mas, na prática, não é o que ocorre usualmente...

Celso – Os produtores, na maioria das vezes, iniciam o controle das pragas antes desse prazo que citei e isso acaba ampliando

o número de aplicações e, conseqüentemente, provocam um desequilíbrio desnecessário no meio ambiente.

BI – E onde entram os inimigos naturais das pragas?

Celso – Outra técnica de MIP que pode ser utilizada em diversas culturas como milho, algodão e tomate, por exemplo, é o uso de parasitóides para o controle das lagartas. Nesse caso, o *Trichogramma pretiosum* e dos percevejos da soja, com o uso do *Trissolcus basalus*. Hoje, já existe fornecedor idôneo desses parasitóides no Brasil. No caso do uso *Trichogramma*, por exemplo, já se comprovou a eficiência para resolver os problemas com algumas pragas importantes, que estão aí causando apreensão entre os produtores, como é o caso da lagarta-falsa-medideira (*Pseudoplusia includens*), a lagarta-da-espiga do milho (*Helicoverpa zea*), a lagarta-das-maçãs do algodoeiro (*Heliothis virescens*) e, da temida *Helicoverpa armigera*, (conhecida anteriormente como a traça-do-tomateiro).

BI – Quais são as principais vantagens na adoção do MIP?

Celso – Além de garantir economia ao produtor, o uso das técnicas ajuda no equilíbrio do ambiente de produção. É o que nós da Emater constatamos no dia a dia no campo. As técnicas permitem que o produtor tenha mais segurança e eficiência no controle das pragas, reduzindo o número de aplicações. Dessa forma, ele consegue eliminar as aplicações desnecessárias, reduz a carga de agrotóxicos utilizada na lavoura e minimiza a exposição dele aos produtos químicos e protege a sua saúde. Sem contar na redução dos riscos de contaminação ambiental. No caso da vespinha, por exemplo, nós verificamos que, entre os produtores que fazem o manejo de pragas, houve uma queda no número de aplicação de produtos. Geralmente, eles realizavam, em média, de três a cinco aplicações de produtos químicos para combater as lagartas. Com o controle biológico, esse número passou para duas aplicações.

BI – As técnicas podem ser adotadas em qualquer tamanho de propriedade?

Celso – Sim, no entanto, exigem um monitoramento mais constante dos talhões pelos produtores e profissionais que prestam assistência. Além disso, exigem mais conhecimento e capacitação.

BI – O que ocorre se o produtor segue à risca o calendário de aplicação?

Celso – Ao seguir um calendário para aplicação do produto, ele pode provocar a eliminação precoce de inimigos naturais e forte desequilíbrio ambiental nas propriedades. Assim, o que visivelmente, num primeiro momento, parece muito eficiente, se volta contra o próprio produtor, já que permite a rápida reinfestação dos insetos-praga, exigindo uma nova intervenção química para o controle. Dessa maneira, se inicia uma roda viva que pode não ter fim. E nesse jogo, quem sai perdendo, normalmente, é o produtor, pois, com o excesso de uso de produtos químicos, ele acelera a seleção dos insetos-praga e aumenta a necessidade de intervenções.

BI – Em relação à ferrugem asiática, como usar o manejo integrado?

Celso – A ferrugem asiática da soja nas lavouras do Paraná tem origem a partir da germinação de esporos (sementes da doença) desse fungo. Esses esporos surgem normalmente nas plantas chamadas tigueras e nas lavouras de países vizinhos, que são plantadas muito cedo. E, quando as condições de umidade são favoráveis, esses esporos são transportados pelas correntes de vento e com o avanço das frentes frias. A experiência adquirida pela Emater aponta a ocorrência de safras em que, por conta da baixa umidade do ar, os esporos não chegam ao nosso estado ou, quando chegam, já estão inativados pelos raios ultravioletas emitidos pelo sol. Por outro lado, também podem ocorrer excepcionalmente situações em que a aplicação seja necessária até mesmo antes do calendário que os produtores seguem. Por isso, o monitoramento da ferrugem é indispensável.

BI – Por falar nisso, como funciona esse monitoramento?

Celso – Para controlar a doença, a Emater instalou alguns coletores de esporos em alguns municípios do estado, que são dotados com lâminas de vidro autoadesivas, nas quais podemos monitorar a eventual chegada e a viabilidade dos esporos da ferrugem asiática. Assim que são detectados os primeiros esporos, é feito o teste de germinação dos mesmos e, se for confirmada a sua capacidade germinativa, nós emitimos o aviso ao sistema de alerta da ferrugem e aos parceiros localizados nos municípios próximos à estação, como os sindicatos do Sistema FAEP, Fetaep, Banco do Brasil e outros. Quando o alerta da presença e viabilidade é acionado, os produtores têm um prazo, dependendo das condições climáticas, entre 7 e 10 dias para realizar a aplicação de fungicidas com total segurança. Só assim se justifica o uso do fungicida para o controle dessa doença. O resto é desperdício de tempo e de dinheiro.

BI – Quais são os passos que produtor deve seguir se quiser adotar o MIP e o MID?

Celso – O primeiro passo é conhecer as técnicas e experiências existentes, participando de eventos organizados pela Emater e as organizações de pesquisa oficiais. Nestas ocasiões é possível aprender com a experiência dos produtores que já adotam essas práticas. Outra etapa é discutir com um profissional que assiste o planejamento para a instalação da lavoura, optando por cultivares mais resistentes ou tolerantes, quando for possível. Além disso, existem estratégias de época de plantio que podem ser adotadas, melhorando as condições das técnicas preconizadas. Outro passo é monitorar a área semanalmente e não tem outro jeito! Antes de fazer a intervenção, é preciso avaliar a situação com a assistência de um profissional habilitado e só fazê-la quando necessário. Depois disso, verificar o resultado da intervenção para aperfeiçoar seu conhecimento e prática com a utilização das técnicas de MIP e MID.

Nada é o que parece

Por Miriam Leitão - Jornal O Globo



A vida é curta para entender tanta confusão que o governo tem feito nas contas públicas. Elas são reveladas diariamente. Em dois dias desta semana se ficou sabendo que o BNDES teve mudança de seu estatuto para transferir mais dividendos para o governo e receberá mais R\$ 15 bilhões do Tesouro; a Caixa também receberá mais R\$ 8 bilhões. E a Eletrobras terá capital de giro coberto pelo BNDES.

O banco, que é feito para financiar investimento e que nos últimos anos tem entrado em operações polêmicas, agora vai emprestar R\$ 2,5 bilhões para a Eletrobras usar como capital de giro, o dinheiro do dia a dia. Isso porque a estatal teve um prejuízo de R\$ 6,8 bilhões pela mudança feita às pressas pelo governo no setor elétrico.

O Tesouro tem montado operações financeiras para receber mais dividendos das suas estatais, e, por isso, as financia ou capitaliza com endividamento público. A dívida pública aumenta, mas isso não entra na contabilidade da dívida líquida. E com essas transferências o governo recebe dos bancos e estatais um volume expressivo de dividendos. Mais expressivos até do que os lucros auferidos pelas instituições. A Caixa pagou dividendos de R\$ 7,7 bi e teve lucro de R\$ 6,1 bilhões no ano passado. E agora recebe novo aporte de R\$ 8 bilhões do Tesouro, a quem tinha pago os dividendos.

A lista das criaturas é enorme. Teve a maneira como foi feita a capitalização da Petrobras, em que o dinheiro passou tanto

que dívida virou receita. Há descontos no superávit primário de gastos feitos. Descontam-se até as desonerações, o que significa contar como tendo entrado no caixa dinheiro do qual se abriu mão.

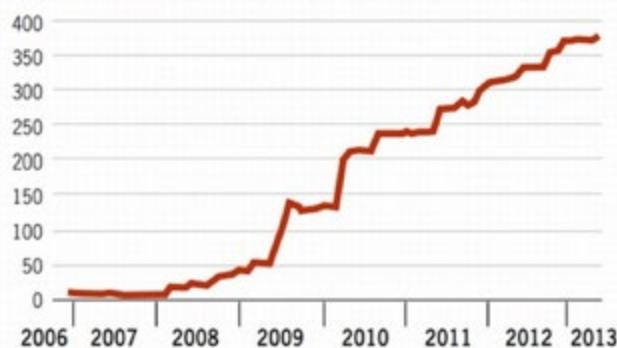
Mas o mais nefasto é esse mecanismo de endividamento do Tesouro para transferir para os bancos públicos, que assim aumentam e antecipam dividendos. Segundo o “Valor” de ontem, o Tesouro Nacional recebeu R\$ 3,6 bi de antecipação de dividendos do BNDES, Caixa e Banco do Brasil, em junho, para fechar as contas do semestre. É circular: o Tesouro se endivida, coloca nos bancos, que antecipam para o Tesouro dividendos.

Essa máquina de fazer dinheiro sem limite pode ser vista no gráfico abaixo, extraído do blog do economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria. Ele mostra o total de dinheiro emprestado pelo Tesouro ao BNDES, cerca de R\$ 378 bilhões, e o que isso significa em termos de PIB: 8,3%. Para se ter uma ideia, em dezembro de 2007, havia apenas R\$ 6,6 bi emprestados, o que correspondia a 0,2% do PIB. Em 2007, antes de tudo isso começar, o BNDES pagou R\$ 924 milhões de dividendo ao Tesouro. Em 2012, foram quase R\$ 13 bilhões.

O governo fala em “robustez fiscal” e ninguém mais acredita. Os números são gritantes, não há mais como esconder. O expansionismo do gasto público brasileiro se dá através desses mecanismos, e o governo afirma que tudo isso é “robusto”. Hoje, todo mundo já sabe que os números da contabilidade oficial brasileira não são o que parecem ser. A cada dado divulgado, gasta-se um tempo enorme para entender onde está o truque. Ele sempre está em algum lugar.

DO TESOURO AO BNDES

Empréstimos chegam a R\$ 378 bilhões ou 8,3% do PIB



Fonte: Tendências consultoria

OS SEGREDOS FORA DA PORTEIRA

TENDÊNCIAS DE PREÇOS E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO
MERCADO GLOBAL E INFLUÊNCIA NAS COMMODITIES AGRÍCOLAS

PERSPECTIVAS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA 2013/14

PALESTRANTE: PEDRO DEJNEKA
CONSULTOR EM COMMODITIES E MACROECONOMIA – CHICAGO (EUA)

LOGÍSTICA E SEGURO RURAL | PALESTRANTES: PEDRO LOYOLA E NILSON CAMARGO - (DTE/FAEP)

Seminários em seu município (região)

05/08 (segunda) | 09h - 12h | Ponta Grossa

ACIPG - Ass. Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa - R. Comendador Miró, 860

05/08 (segunda) | 19h - 21h30 | Guarapuava

Auditório do Sindicato Rural - R. Afonso Botelho, 58

06/08 (terça) | 09h - 12h | Pato Branco

Auditório da FADEP - Faculdade de Pato Branco
R. Benjamin Borges dos Santos, 1.100

06/08 (terça) | 19h - 21h30 | Cascavel

ACIC - Associação Comercial e Industrial de Cascavel - Av. Toledo, 247

07/08 (quarta) | 09h - 12h | Campo Mourão

Anfiteatro da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão - Av. Irmãos Pereira, 2.900

07/08 (quarta) | 19h - 21h30 | Umarama

Auditório do Sindicato Rural - Av. Brasil, 3.547

08/08 (quinta) | 09h - 12h | Maringá

Parque de Exposições de Maringá - Av. Colombo, 2.186

08/08 (quinta) | 19h - 21h30 | Londrina

Sociedade Rural - Parque de Exposições Ney Braga
Auditório Milton Alcover - Av. Tiradentes, 6.275

09/08 (sexta) | 09h - 12h | Cornélio Procopio

Sociedade Rural da Região de Cornélio Procopio
Parque de Exposições Arthur Hoffig
BR-369 KM - 83, Rod. Mello Peixoto

09/08 (sexta) | 19h - 21h30 | Arapoti

Auditório do Centro Administrativo Municipal
R. Ondina Bueno Siqueira, 180

SISTEMA FAEP



Ministra do Meio Ambiente explica o CAR

Sugestões da FAEP são citadas como exemplo de aprimoramento do cadastro



Izabella Teixeira durante a audiência na Câmara Federal

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou, no último dia 3, de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara dos Deputados, com o objetivo de detalhar as fases da implantação do Código Florestal, aprovado no ano passado. Entre as informações prestadas, a ministra citou as contribuições que a FAEP fez para o aprimoramento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), como a possibilidade de retificação de dados lançados no sistema antes de serem consolidados para análise nos órgãos ambientais.

Segundo Izabella Teixeira, o governo já tem pronta a minuta de decreto para concluir a regulamentação do novo Código Florestal, já que até agora há normas gerais e os detalhes para adequação do produtor serão dados pelo Programa de Regularização Ambiental (PRA). Ela deu ênfase ao funcionamento tecnológico do CAR, que será a ferramenta para registro eletrônico de imóveis rurais e um dos desdobramentos da nova legislação ambiental do país. “Estamos na fase de ajustes do sistema e estamos recebendo sugestões, como foi o caso da FAEP que testou e mandou uma série de contribuições, que nos levaram a

mudar algumas coisas e outras não vão dar para mudar. Mas vamos discutir os motivos no grupo de estudos dentro do Ministério”, disse.

Como o CAR é declaratório, a ministra fez questão de frisar que a possibilidade de mudanças de dados lançados no sistema é um direito do produtor. “A FAEP fez essa crítica e já estamos estudando a solução para que o produtor possa retificar antes de consolidar a informação”, esclareceu, comparando com o que ocorre atualmente com o Imposto de Renda, no sistema da Receita Federal. Izabella Teixeira também destacou que o sistema terá que dar segurança jurídica e, por isso, a emissão de recibo da declaração é outro ponto que está recebendo uma atenção especial na sua elaboração.

A ministra informou aos parlamentares que o governo federal está providenciando suporte técnico e financeiro para a implantação do CAR nos estados e municípios. Aos produtores será disponibilizado atendimento telefônico nos estados, um tutorial de instrução de preenchimento e um sistema eletrônico para sanar as dúvidas mais frequentes nos moldes de perguntas e respostas.

Ações

De acordo com Izabella Teixeira, para viabilizar a implementação do Código Florestal, o governo brasileiro concluiu “a maior compra de imagens de satélite já feita de uma única vez no mundo” para identificar áreas que ainda não haviam sido mapeadas. As imagens de satélite serão doadas aos estados. A ministra disse que 17 estados mais o Distrito Federal vão utilizar o sistema de cadastro ambiental da pasta do Meio Ambiente e os outros nove desenvolverão sistemas próprios.

Um ponto que os membros da Comissão de Agricultura fizeram questão de um detalhamento por parte da ministra foi a respeito da averbação da reserva legal. Izabella Teixeira informou que o governo federal já comunicou a Associação Nacional de Cartórios que a medida está revogada, conforme prevê a lei, cabendo ao órgão estadual competente notificar e cobrar os cartorários sobre essa decisão. “Já chamamos o setor e dissemos que não é para cobrar a averbação. E eles vão parar, pois está na lei”, frisou a ministra, destacando o Paraná como exemplo, onde a averbação está suspensa desde o dia 25 de junho.

Acompanhamento

Para garantir transparência e agilidade ao processo de implantação do Novo Código Florestal, a ministra do Meio Ambiente instituiu, via Portaria nº 173/2013, o Grupo de Acompanhamento da Implantação do Código Florestal. Segundo a normativa, caberá à equipe “atuar consultivamente sobre as ações de regulamentação da nova legislação, avaliar sugestões em favor do processo de regulamentação e acompanhar a regulamentação e sua implementação”.

A coordenação do Grupo é do Ministério do Meio Ambiente, que pode convidar a, qualquer instante, representações governamentais e civis, que tenham relação com a temática, a participar das discussões e atividades desenvolvidas. Essa equipe, inclusive, passa agora a discutir as propostas que não puderam ser aceitas de imediato, com foram algumas das sugestões enviadas pela FAEP.



Questionamento sobre o recibo do CAR

Um dos pontos que o Ministério do Meio Ambiente decidiu rever foi sobre a emissão do recibo do CAR, acatando um questionamento da FAEP. A entidade verificou falhas do sistema quando o compromisso do cadastro é enviado on line. Nesse momento aparece uma janela dando a seguinte mensagem: “Ao enviar o compromisso, o cadastro será encerrado e bloqueado para modificação/retificações”.

A FAEP alertou para o fato de que o preenchimento do CAR é algo muito mais complicado que a declaração do Imposto de Renda ou do Imposto Territorial Rural, que são passíveis de retificação. Desta forma, seria injusto bloquear qualquer modificação/retificação.

Para preencher milhões de cadastros em todo o país, os produtores vão precisar de ajuda, que virá de órgãos ambientais e de instituições que se dispuserem a dar apoio à iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, como e o caso do sistema FAEP e seus sindicatos rurais. Se não houver este apoio, provavelmente o CAR será concluído daqui a muitos anos.

Quem vai operar o computador para preenchimento do CAR é um funcionário de nível médio, que terá que saber identificar nos documentos de registro de imóveis as informações necessárias. Basta ler documentos de diversas origens para se avaliar quão difícil é esta tarefa. Portanto, cometer erros será corriqueiro. Se bloqueada a retificação, seria cometida uma injustiça contra o produtor, que poderá responder criminalmente por informações equivocadamente lançadas.

“Se esta impossibilidade de retificação for mantida, vai levar a que as instituições privadas ou mesmo funcionários se neguem a ajudar no preenchimento do CAR, temerosos de cometerem equívocos que poderão prejudicar produtores rurais”, frisou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Benefícios de Crédito

O limite de crédito de custeio por beneficiário de R\$ 1 milhão poderá ser elevado em até 15% (R\$ 1,15 bilhão) quando houver a inscrição dos produtores rurais no CAR. O limite adicional de crédito foi determinado pela Resolução nº 4.226, passando a valer para a safra 2013/14.

Do Mato Grosso do Sul à Paranaguá

A ferrovia Maracaju-Engenheiro Bley-Porto, segundo a ANTT

Por Nilson Hanke Camargo, engenheiro agrônomo do DTE/FAEP

A FAEP, ao longo dos últimos 12 anos, vem participando, sugerindo e mobilizando ações para que a infraestrutura de transportes dos produtos do agronegócio brasileiro sejam menos onerosas no bolso do produtor.

Um dos modais mais importantes para o transporte, no caso das commodities agrícolas, é o ferroviário. Mas, infelizmente, a nossa matriz trem/caminhão apresenta um desequilíbrio muito grande e pernicioso aos interesses de uma economia moderna. Apenas cerca de 30% do transporte ocorre por via férrea – uma situação que deveria ser inversa.

Uma das quatro prioridades ferroviárias defendidas pela FAEP durante esses anos é a construção de um novo trecho entre Curitiba a Paranaguá. Isto porque o atual não oferece mais condições técnicas e econômicas para as cargas que se destinam àquele porto, com tempo de viagem e custos muito elevados.

No dia 05 passado, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e a VALEC (empresa do ministério dos transportes responsável pelas obras ferroviárias no país) apresentaram aos representantes dos principais setores econômicos de Paranaguá um novo traçado rumo ao porto. O projeto complementa o trecho que terá início em Maracaju (MS), passando por Engenheiro Bley, até Paranaguá. Serão cerca de 150 quilômetros, os quais estão inicialmente orçados em R\$ 2,2 bilhões (aproximadamente R\$ 15 milhões por km).

O que chama a atenção no custo apresentado é que o trecho maior, entre Maracaju e Eng^o Bley, está orçado em R\$ 7,7 bilhões. A justificativa apresentada é de que no trajeto complementar haverá um número significativo de túneis (08) e viadutos (06), onerando sobremaneira o valor da obra.

O processo se encontra na sua fase inicial, sendo necessário ainda definir como serão feitas as licitações. O estudo preliminar está dividido em dois trechos (de Maracaju à Eng^o Bley), de mais de 1.000 quilômetros, e de Eng^o Bley a Paranaguá, de 150 quilômetros. As licitações do projeto executivo e das obras devem prever a divisão em lotes de todo percurso, sem, no entanto, haver ainda a definição de quantos trechos serão divididos. É provável

que eles sejam leiloados em parcelas para que os concessionários possam realizar os investimentos necessários, conforme explicado pela EPL.



Trajeto em território paranaense



Extensão total da ferrovia

Temperatura é produtividade

Avicultor deve ficar de olho com o manejo dos frangos no inverno



Um bom sistema de aquecimento é fundamental em aviários

A temperatura esfriou e os produtores devem redobrar os cuidados com o manejo das aves de corte nas granjas, principalmente, na fase pintainhos. O alerta é do presidente da Associação Municipal dos Avicultores de Chopinzinho (Asmac), Juarez Pompeu. Segundo ele, o avicultor deve ficar de olho no tamanho do espaçamento entre as aves nos galpões, especialmente nos três primeiros dias de alojamento dos pintainhos. “Durante esta fase o produtor deve utilizar um espaço em torno de 30% e 40% da área total do aviário. Se ocorrerem erros nesse período, o lote certamente terá quebra de produtividade”, observa.

Rafael Piovesan, supervisor da integração avícola da cooperativa Copacol, em Cafelândia, diz que o frango precisa de diferentes temperaturas ao longo da idade. Por exemplo, como normalmente o abate ocorre em uma média de 45 dias, na primeira semana a temperatura no aviário deve estar na faixa de 32°C (graus celsius). Na segunda, uma média de 30°C e na quarta semana a uma temperatura em torno de 25°C. “À medida que o lote vai envelhecendo, você vai trocando a temperatura. A partir da quinta semana, normalmente, já não há mais necessidade de aquecimento. Por isso, o produtor deve ficar de olho na ventilação do aviário. O ar do galpão precisa ser renovado para que não tenham gases que possam prejudicar os animais. Além disso, não pode se esquecer da alimentação, troca de água e iluminação”.

Segundo ele, o produtor deve observar o comportamento do frango, se está precisando de mais ou menos aquecimento, ou

se a ventilação está adequada ou não. “O fato de a ave se amontoar no chão ou se espalhar mostra se a temperatura está ideal ou não”, explica.

Dia a dia nos galpões

Estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostram que uma técnica simples faz uma grande diferença no dia a dia dos galpões. O produtor deve observar a relação de frangos comendo com número de aves bebendo. O ideal, de acordo com a Embrapa, é que a média seja de cinco se alimentando por um se hidratando. Se esta relação for menos que 5x1, significa que há problemas de conforto às aves.

Outra recomendação é que o produtor não descuide da limpeza do aviário, seja a lavagem completa do galpão propriamente dita ou apenas a limpeza e desinfecção de estruturas e equipamentos no intervalo entre lotes. A queima de penas e controle de cascudinhos e roedores é indispensável para a manutenção de uma boa sanidade dos lotes. Além disso, a cama aviária deve estar sempre seca garantindo segurança ao desenvolvimento das aves.

Outra dica é cuidar da área de alojamento em que os pintos irão ficar inicialmente, que deverá ser calculada de acordo com a quantidade de pintos e de equipamentos disponíveis buscando um ambiente confortável e que permita o bem-estar das aves.

As águas de junho

A generosidade da natureza dotou o Paraná de grandes rios – Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Tibagi – que proporcionam abastecimento de água, energia, fertilidade do solo.



Das barrancas e águas poluídas nas cercanias de Curitiba até as majestosas Cataratas, em Foz do Iguaçu, por exemplo, o Rio Iguaçu rasga o território paranaense num percurso de 1275 quilômetros. Sua bacia ocupa 70 mil quilômetros quadrados – pouco mais de 1/3 do território do estado ocupado por mais de 4,5 milhões habitantes. O Piquiri cruza o oeste, o Ivaí corta no sentido centro-noroeste e o Tibagi dos Campos Gerais ao norte pioneiro.

Na segunda quinzena do mês passado, as tormentas romperam as barrancas desses rios e de seus afluentes provocando em praticamente todo o Estado cenários de devastação.

Com 121 municípios atingidos e um contingente de 165 mil pessoas afetadas, o Paraná registrou um dos piores desastres climáticos de sua história. Em todas as regiões do estado. O volume de chuvas fortes e intermitentes foi 10 vezes superior à média histórica para esta época do ano e os prejuízos estimados inicialmente pelo governo estadual atingiram à casa dos R\$ 200 milhões. O governador Beto Richa decretou situação de emergência em 80 municípios. Essa medida permite que no prazo de 180 dias as prefeituras contratem serviços emergenciais sem muita burocracia.

As condições mais graves foram registradas nas

áreas rurais, com as propriedades sendo invadidas pelos rios e a correnteza arrastando plantações, rebanhos, maquinários, instalações, residências. Barreiras deslizaram, pontes sumiram, estradas viraram riachos. “Não temos dúvidas de que essa foi uma das maiores catástrofes da história do estado”, avaliou o tenente-coronel Edmilson de Barros, chefe de Divisão da Defesa Civil.

Os prefeitos dos municípios em estado de emergência estão recebendo apoio dos técnicos estaduais para elaborar um relatório de diagnóstico dos impactos das enchentes e formatar outros documentos exigidos na liberação do dinheiro destinado à reconstrução. Segundo o tenente-coronel Barros, os recursos existem, mas os municípios só tem 90 dias, contados a partir da assinatura do decreto, para apresentar as propostas de obras.

Os ministros Fernando Bezerra Coelho (Integração Nacional) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil) anunciaram a liberação de R\$ 8,5 milhões para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais nos municípios paranaenses atingidos por fortes chuvas desde meados de junho. Os recursos, segundo o ministro Coelho, estarão disponíveis por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

O governador Beto Richa ordenou que a Fomento Paraná

ofereça condições mais favoráveis de acesso a linhas de crédito para atender empreendedores que foram atingidos pelas cheias de rios nos municípios em situação de emergência. A agência de crédito vai analisar caso a caso e estabelecer as condições para conceder

prazos maiores de carência para pagamento dos financiamentos, flexibilizando as normas da instituição financeira.

Os danos causados pelas enchentes com impressionantes e reveladores registros fotográficos estão nas páginas seguintes.



Há 30 anos

Beto Richa completaria a maior idade no final de julho de 1983 e sequer pudera votar no seu pai José, que vencera as eleições diretas a governador dos paranaenses – as primeiras depois do período militar, em novembro do ano anterior.

José Richa teve de enfrentar as consequências da inusitada enchente. Águas invadiram cidades e vilas; destruíram casas, indústrias, estabelecimentos comerciais e públicos, arrasou plantações e criações. Milhares de pessoas ficaram ao desabrigo. O tráfego ferroviário entre o estado e o resto do País foi interrompido e três dias depois a rodovia do café foi interdita, o que ocasionou a retenção de toda a safra paranaense em armazéns e nas propriedades rurais. Isto se deu pelo fato de que 12 trechos de rodovias estaduais e 31 variantes sofreram quedas de barreiras. O Governador decretou estado de emergência e calamidade pública em 133 municípios, inclusive Curitiba. Neste inverno ocorreu praticamente uma reprise.

Richa pai havia desembarcado no Palácio Iguazu num quadro econômico trágico. A inflação acumulada em 1982 era de 99,71%, o Brasil enfrentava a crise da dívida externa, perdendo reservas e negociava saídas com os bancos credores e o FMI,

que recomendavam entre outras medidas:

- Reduzir as despesas do Estado e equilibrar o orçamento público;
- Liberalizar a taxa de juros;
- Liberalizar a taxa de câmbio;
- Reduzir os salários dos setores público e privado.

Somente em julho de 1994 a economia brasileira começaria a ser consertada através do Plano Real e José Richa não era mais governador, mas senador. Beto era deputado estadual.

Lá se vão três décadas e embora não haja agora a sombra do FMI sobre nossas contas, o governo federal, teimoso, não reduz seus gastos, interfere no Banco Central, faz das tripas o coração no controle do dólar, há uma farra de cargos em comissão na máquina federal e manobras contábeis para tentar fechar as contas nacionais.

Nesses mesmos 30 anos o Paraná cresceu, se transformou e o maior exemplo está no campo, onde a a produção agrícola praticamente quadruplicou. A safra 1982/83 foi de 23 milhões de toneladas em números redondos e em 2012/13 será de 92 milhões de toneladas.

Apesar das chuvas o campo sempre oferece a grande resposta para a economia estadual e nacional.

Raio X dos estragos

Todas as regiões do estado foram atingidas durante 20 dias de chuvas



Região Noroeste I

Umuarama – As chuvas deixaram um rastro de destruição não só na lavoura, mas principalmente em 200 dos 520 quilômetros de estradas rurais, que ficaram intransitáveis. “O solo da região é 90% arenoso e as inundações causaram muita erosão tanto nas propriedades, destruindo as curvas de nível como nas estradas causando voçorocas. O que não ficou destruído, está em estado crítico”, informa o engenheiro agrônomo e diretor de Agricultura do município, Claudio Marconi.

A região de Umuarama agrupa oito usinas de processamento de cana-de-açúcar que vão sofrer com atraso na colheita e processamento. “Não há como quantificar, mas o impacto será grande, pois muitos trabalhadores ficaram de braços cruzados”, diz Marconi.

Durante o período mais crítico – 27/06 a 01/07 – cerca de 30 propriedades produtoras de leite não tiveram como entregar o

produto, deixando 7,5 mil litros de matéria-prima sem destino correto. “Outro prejuízo foi com o gado ilhado que não pode sair a campo para se alimentar causando queda na produtividade”, explica o médico veterinário e técnico da prefeitura Pedro Thiago de Ferrato.

Na região de Icaraíma, Alto paraíso e Guaira houve a suspensão do embarque para os abatedouros de cerca de três mil cabeças de gado de corte. A produção de folheosas e hortaliças da região também foi duramente castigada pela chuva numa estimativa de 400 hectares de cultivo destruídos pelas enxurradas e lama. Os pequenos produtores vão levar pelo menos 90 dias para refazer as áreas de cultivo, reiniciar o plantio e colher os primeiros resultados. Outro problema será a falta de mudas que os viveiros da região não conseguiram fornecer para todos os agricultores.

Ocorreram perdas na agricultura e comércio que ainda estão sendo dimensionadas nos municípios de Perobal, Cidade Gaúcha, Mariluz, São Tomé, Tapejara, Rondon e Paraíso do Norte.

Em Ivaté duas propriedades sofreram perdas significativas: a

Fazenda Pacaembu, de Rogério Rays, perdeu mil cabeças de gado e o produtor Antônio Burigo, teve um prejuízo de 2,2 milhões de reais. “Tenho duas áreas, uma de 73 hectares de soqueiras e outra que estava para ser colhida e deveria dar 1.500 sacas de arroz. Além de perder o produto estou esperando a água baixar para calcular os prejuízos com a erosão. Há 23 anos trabalho como produtor rural e estou na décima safra de arroz em Ivaté e nunca vi uma enchente como essa”, afirma Burigo.

Douradina – Esse município sofreu um represamento das águas dos rios 215 e Veado que não conseguiram desaguar no rio Paraná. Consequentemente todo esse volume de água voltou como uma voçoroca inundando propriedades e destruindo 15 quilômetros de estradas rurais. O secretário municipal de Agricultura, Agnaldo Augusto Tomazine estima que serão necessários 90 dias para recuperar os acessos num custo de cerca de 10 milhões de reais.

O produtor rural Maurício de Miranda Blay perdeu duas mil cabeças de gado nelore, a casa sede da fazenda, cercas, barracões,

áreas de pastagens e equipamentos agrícolas. “Não tinha o que fazer a correnteza levou os animais e a propriedade ficou debaixo d’água. Tenho propriedade aqui desde 1970 e nunca sofremos um prejuízo tão grande como esse. Ainda estou contabilizando os dados para calcular o prejuízo”, diz.

João Paulo Ferreira Coelho, 34 anos, teve 90% da propriedade afetada, mas visita a propriedade de 235 hectares diariamente e por isso conseguiu tirar o gado nelore e girolando. “Das 280 cabeças consegui tirar a maior parte, perdi umas 50. Não tenho seguro rural e a perda com a propriedade foi quase total – casa, currais, pastagens, cercas e maquinário que no valor total chega a 500 mil reais”.

São João do Ivaí - Esse município é cortado pelos rios Ivaí, Corumbataí e do Bule. De acordo com o sindicato rural cerca de seis alqueires ou 14,52 hectares de milho foram perdidos. O produtor mais atingido foi Alécio Beneton.



Região Noroeste II

Paranavaí - Foi uma das maiores enchentes dos últimos anos, segundo os produtores do Vale do Ivaí. As águas começaram a baixar recentemente e os prejuízos estão sendo quantificados. Os municípios atingidos são: Querência do Norte, Sta. Cruz do Monte Castelo, Sta. Izabel do Ivaí e Sta. Mônica. Os produtores perderam gado, ovelhas, suínos, equinos. As áreas de várzea para o arroz irrigado estão alagadas. Maquinários e adubos armazenados ficaram submersos.

Querência do Norte - Ficou em estado de emergência com graves prejuízos nas propriedades. O arroz já tinha sido colhido, e na pecuária o prejuízo foi significativo. Maquinários ficaram submersos, mas no milho (áreas altas) não houve prejuízo.



Sta. Cruz do Monte Castelo - Perda grave na pecuária (2.000 cabeças perdidas). Nas áreas de arroz pré-germinado o prejuízo foi grande, inclusive com necessidade de retroescavadeiras para escoamento das águas. Na cultura da mandioca o estrago foi pouco.

Santa Izabel do Ivaí - Prejuízos significativos. Cultura de arroz mais atingida (áreas de várzea). Perdas na pecuária de corte e leite. Estradas ruins em péssimas condições. Maquinários submersos. Há o mesmo cenário em Planaltina.

Cianorte - Lavouras de milho tombadas pelas chuvas de pedras. Perdas entre 5% e 10%. Brotamento e milho ardido. Excesso de umidade. Atraso na colheita de cana-de-açúcar.



Região Centro Ocidental

Campo Mourão - Maior parte da área com trigo plantada.

Engenheiro Beltrão – O produtor rural e vice-presidente do sindicato rural da cidade, Victor Vicari Rezende aponta os maiores problemas para a cana-de-açúcar, principal cultura no município. Ele afirma que as chuvas estão afetando a produção das usinas desde o início deste ano.

Tivemos aproveitamento em apenas 31 dos últimos 90 dias (abril/maio/junho). No mesmo período do ano passado trabalhamos por 62 dias”, explica Rezende que também é diretor agrícola do Grupo Sabarácool.

Ele conta que esse ano a safra de cana vai ser maior porque a produtividade aumentou. Eles usaram uma ferramenta de manejo chamada maturador para aumentar a produção de açúcar pela planta. A aplicação é aérea, mas exige que a colheita seja feita entre 25 a 45 dias. “Depois desse prazo a planta começa a perder açúcar para se recuperar do choque do maturador. Como não podemos colher deveremos ter uma perda entre 15 a 20% da qualidade do açúcar”.

A longo prazo o grande prejuízo causado pela chuva na cultura da cana é o atraso no plantio da próxima safra. “Temos

um período ideal para fazer o plantio, no nosso caso a área a ser cultivada é de dois mil hectares, mas só conseguimos iniciar em 1,3mil hectares. Nos 35% da área restante não sabemos quando vamos conseguir plantar, isso vai gerar um atraso na colheita do próximo ano. Os prejuízos com as chuvas foram grandes e difíceis de mensurar, mas nosso faturamento mensal varia de 60 a 70 milhões caiu pela metade”, finaliza.

Corumbataí – De acordo com o secretário de Agricultura, Francisco Fantcci Neto, as perdas foram nas culturas de maracujá e café. Ele estima que esse ano a safra de café, que em 2012 foi de 35 mil sacas do grão beneficiado, sofra uma redução de 35%, pois os grãos caíram no chão e foram levados pela água. “O café que restou nos pés também vão perder qualidade na mesma proporção - 30% - devido ao excesso de umidade.

O produtor rural e dono de uma pequena torrefadora, Elias Fernandes da Silva, cultiva café em 48 hectares. “Acho que as minhas perdas foram de 50% da safra. Há 30 anos moro na região nunca vi uma chuva como essa não tinha o que fazer. Além de não termos um preço mínimo que cubra os custos de produção não teremos café especial por causa da baixa qualidade dos grãos”, diz. Silva não fez seguro, pois não contrata financiamento para sua lavoura.

Luiziana – Estimativa de perda de 10% da safrinha de milho aproximadamente um milhão de reais. A causa da perda foi o excesso de umidade. Na cultura do trigo a perda foi de 15% da safra o que equivale a uma área de mil hectares. Em reais o prejuízo é entre 300 a 500 mil. As informações são de Cesar Fiorin encarregado de vendas do entreposto da Coamo na cidade.

O produtor rural Helio Alcaria, 56 anos produz grãos no município. Ele perdeu 50% da cultura do trigo e no milho de 15 a 20% “Esse ano o milho vai dar ardido por causa do excesso de umidade, vou esperar mais uns quinze dias para começar a colher”. A propriedade tem 242 hectares. Alcaria fez seguro “um mal necessário”.

Godoy Moreira – De acordo com a prefeitura e a técnica da Emater Beatriz Santos as duas localidades mais atingidas foram: Água da Anta e Bairro da Ferradura. Os prejuízos envolvendo 10 produtores chega a 600 mil reais. Os estragos foram causados pelo excesso de umidade.

Entre os produtores mais atingidos está Edison Luiz de Oliveira, 31 anos. Ele perdeu uma estufa de tomate e as lavouras de milho e aveia. O prejuízo em reais é de cerca de 30 mil. Ele demorará cinco meses para recuperar a produção de tomate, mas o plantio de milho e de aveia só na próxima safra. Oliveira não tinha seguro rural.

Isaias Pedro Rodrigues Sobrinho, 43 anos, planta grãos (trigo, aveia, milho e soja) também em Godoy Moreira e perdeu cerca de 700 e 800 sacas de milho, o que equivale a 40% da sua produção de inverno. Há mais de 40 anos na região “nunca vi uma chuva como essa” e argumenta que não faz seguro, porque o zoneamento da região termina muito cedo – até 28 de fevereiro. Ele teria que plantar uma cultivar mais precoce. Seu investimento foi de R\$ 7.500,00 nessa safra.

Goioerê - No milho houve tombamento, germinação e milho ardido. Perda de qualidade e produtividade. Pouco feijão que tinha para colher foi perdido.





Região Norte Central

Londrina - Na cultura de milho não houve perdas significativas. Provavelmente um pouco de quebra quando do plantio. No entorno de 10 a 15% em alguns casos. Na cultura de trigo, há duas versões: para quem plantou em abril a situação é crítica, trigo espigado não teve condições de tratá-lo. O prejuízo em alguns casos poderá chegar a 70% da colheita. Na média deverá passar de 40%. Já para quem plantou em maio (entre os dias 10 e 15), em torno de 60% está em boas condições. A melhora do clima permitirá cuidar dos fungos e outras pragas existentes. Já na bacia leiteira o maior problema foi com as estradas e pontes, dificultando o transporte em algumas regiões, mesmo com a ajuda de trator para tracionar o caminhão tanque. Quanto a alimentação dos animais não ocorreram dificuldades. Aguarda-se que com a estiagem as dificuldades de acesso possam ser sanadas.

Maringá - Houve comprometimento na fase de pendoamento do trigo. No milho, ocorrência de brotamento e milho ardido. Perdas na cultura do café.

Centenário do Sul - O maior problema foi no café, perda de qualidade e fermentado na árvore. Produto sem preço e colheita de cana-de-açúcar atrasada.

Cambé - Após o período de chuvas, os agricultores começam a avaliar as perdas. A alta umidade favoreceu a propagação de pragas. Parte da cultura de milho deverá perder qualidade.

Colorado - O impacto das chuvas foi basicamente na acessibilidade por conta das estradas que já eram mal conservadas e em péssimas condições desde novembro 2012. Prejuízos com a entrega de rações para avicultores, coleta de leite, colheita e plantio de cana-de-açúcar e no transporte de bovinos.

Rolândia - Na cultura do trigo variedades mais precoces já sofrem com giberela. Nas variedades precoces e tardias já é possível observar ferrugem e manchas foliares. No milho ocorrência de grãos ardidos nas variedades mais precoces.

Sertãoópolis - Estimativa de 20% de milho perdido. Chuvas e ventos provocaram tombamento das lavouras. Deverá ocorrer doenças no milho e brusone no trigo. Dificuldade para entrar no campo.



Região Norte Pioneiro

Congonhinhas - O maior problema foi na cultura de café, com grãos no chão. Choveu na época da colheita e o produto está sem preço. Na cultura do trigo quem plantou mais cedo está tendo problemas com brusone e o cereal está amarelando. Plantio atrasado. No milho previsão de prejuízo com tombamento, milho ardido e brotamento. Na cultura de alho, a época é de formação de dentes e poderá prejudicar a qualidade, com o produto sem preço no mercado. Na olericultura o prejuízo estimado é de 70% mas para quem utiliza estufa os efeitos foram menores. Quanto ao gado, as pastagens estão em boas condições. Frutas na época de dormência, a colheita é em setembro. No feijão houve perdas acentuadas, mas quem colheu em maio não foi afetado, quem deixou para mais tarde, perdeu tudo.

Jacarezinho - A chuva deu uma trégua. Com isso, alguns produtores tentaram fazer a aplicação de fungicidas nas lavouras de trigo. Na cultura de café, a colheita deverá ser retomada, haja vista que até o dia 03 não havia condição de ser realizada normalmente. Quanto as pastagens estão relativamente boas e não houve maiores problemas. Feijão apresentando problemas de qualidade pelo excesso de umidade.

Joaquim Távora - O maior problema está na bacia leiteira, há muita lama e deve ocorrer aumento do número de mastites e problemas de cascos dos animais, comprometendo a qualidade e produção. O milho silagem foi prejudicado. Na cultura do trigo o excesso de chuvas comprometeu a cultura e ocorrência de giberela e brusone.





Região Centro Oriental

Castro - Não há ainda estimativas de perdas, mas ocorrem prejuízos nas pastagens.

Ponta Grossa - Na bacia leiteira há ocorrência de mastites e podridão de cascos. Segundo informações, apenas um veterinário chegou a realizar 15 cirurgias de abomaso no mesmo dia. Cultura de trigo em meados de plantio e ainda não dá para avaliar as consequências com o excesso de chuvas. A região é extremamente úmida pelo excesso de nascentes e as estradas estão em péssimas condições e várias áreas tiveram represamento de água próximo a curvas de nível. Houve localidades próximo a rios e riachos em que a água invadiu pastagens, aveia e trigo. Há estimativa que aproximadamente 200 hectares foram perdidos, porém há intenção de replantio. A umidade elevada trouxe doenças, a canola é a mais afetada com ocorrência de mofo branco, que é de difícil controle e geralmente reduz a produtividade.

Tibagi - Cinco por cento da área de trigo não conseguiu ser plantada e/ou necessitou de replantio, com o atraso devido a seca no início de maio. A aveia branca leva acamamento devido ao volume de chuva e incidência de manchas e alguns casos de giberela, com prejuízo para a qualidade do final. Possibilidade de surgir doenças fúngicas e foliar na cultura da aveia e cevada, mas de fácil controle.

Algumas áreas de pecuária de corte afetadas devido às chuvas. Os animais não conseguiram pastar e estragaram a aveia da pecuária. Houve grande dano nas estradas rurais.

Arapoti - Uma redução na produção de leite de 10 a 15% o que equivale a 600 mil litros no mês de junho. Essa foi a principal consequência do excesso de chuva no município de Arapoti. A avaliação é do médico veterinário e responsável pelo acompanhamento dos 62 produtores do município, Rodrigo Barros Navarro. “A queda na produção foi causada por dois motivos: mastite ambiental, causada pelo contato da vaca com o barro e estresse do animal, por ficar muito na lama”, diz.

Navarro informa também que dos 62 produtores, 35 recebem por qualidade e também sofreram perdas no rendimento pela questão da sanidade. “O problema da mastite ambiental leva em média sete dias para ser controlado e a produção do leite se normaliza em 10 dias. Mas isso não quer dizer que a vaca vai voltar a produzir no mesmo patamar anterior a doença, porque depende do ciclo e piques de produção do animal”, completa.

Apesar de não atender clinicamente as propriedades, Navarro também ouviu muitos relatos dos produtores de leite que tiveram problemas com casco dos animais. “O excesso de umidade faz com que o casco fique mole e aumente a possibilidade de acidentes com as vacas. Elas podem se machucar com mais facilidade pisando em pedras, por exemplo”, finaliza.



Região Oeste

Assis Chateaubriand - Perda na qualidade do milho, com ocorrência de milho germinando na espiga, tombamento de milho, milho ardido. No trigo doenças e quebra de produtividade.

Nova Aurora - Trigo na fase de germinação e estima-se perda entre 50 a 60%. No milho safrinha ocorrência de milho ardido, brotado e apodrecimento, perda estimada entre 20 a 30%. Produção de leite prejudicada pela chuva, animais não se alimentam, trânsito de animais, barro.

Matelândia - Milho ardido e brotamento. No trigo ocorrência de giberela. O trigo plantado mais cedo foi mais prejudicado e o prejuízo foi considerável. Na bacia leiteira é grande a dificuldade no manuseio do gado leiteiro. Ocorrência de mastite e problemas de casco pelo excesso de umidade.

Mal. Cândido Rondon - As perdas foram de acordo com as variedades plantadas. O milho mais duro que apresenta ainda boas

condições, já as variedades de milho mais mole, ficou bastante danificado.

Medianeira - No trigo já aparecem doenças fúngicas. Quanto ao milho safrinha a preocupação reside no brotamento dos grãos nas espigas pelo excesso de umidade.

Céu Azul - Na cultura de trigo, toda a área plantada, podendo ocorrer doenças pelo excesso de umidade.

Toledo - No trigo em floração e formação de grãos, o excesso de umidade poderá provocar o apodrecimento. Possível ocorrência de doenças como a giberela e perda de qualidade do grão no milho, com brotação e ardido. Na área de feijão por colher, a perda deverá ser significativa.

Vera Cruz do Oeste - No milho safrinha, possível incidência de doenças fungicas pelo excesso de umidade, com perdas prováveis pelo brotamento dos grãos nas espigas.





Região Sudoeste

Capanema - O alagamento do rio Iguazu trouxe prejuízo para o feijão e o milho safrinha. Maior dificuldade é no transporte, haja vista as condições das estradas.

Chopinzinho - Perda na lavoura de feijão e atraso no plantio de trigo.

Dois Vizinhos - Cenário complicado para a safrinha de milho e para o feijão. No milho deverá ocorrer brotamento e ardido. No feijão há sinalização de grande perda. Atraso no plantio de trigo.

Coronel Vivida - Grande parte do plantio do trigo foi realizado e em fase de germinação, com perdas não confirmadas por erosão e lixiviação. Na cultura do feijão resta pouca área a ser colhida e a perda deverá ser grande.

Palmas - Atraso na cultura de trigo, cultura de aveia bastante prejudicada. As estradas ruins dificultam a locomoção.

Pato Branco - Faltam 45% da área de trigo para plantar. Problemas com áreas que já estão fora do prazo do zoneamento (o Banco

do Brasil já está realizando levantamento e irá conversar com o MAPA). Erosão nas áreas de produção de trigo. O solo encharcado dificulta a realização dos tratamentos culturais no trigo, principalmente a adubação de cobertura e entrada de máquinas na lavoura. No feijão previsão de grandes perdas na qualidade, peso e brotação.

Planalto - O prejuízo não foi significativo na região. O feijão tardio foi prejudicado. A cultura de trigo encontra-se na fase de tratamento. Os alagamentos deixaram as estradas intransitáveis, dificultando os deslocamentos.

Realeza - A área de feijão não colhida foi perdida. Ocorrência de milho ardido. Problemas na bacia leiteira (falta de pasto, excesso de umidade, barro). Problemas com as estradas.

São João - Cinquenta por cento da área de feijão por colher, poderá ter perda significativa. Com excesso de umidade o feijão de cor deverá perder a coloração. As áreas de feijão aguardam há 16 dias para ter início a colheita. No milho safrinha houve vendaval que derrubou as plantas e tem milho brotando.

Verê - Feijão com 30% à colher e pode sofrer perdas. Faltam plantar 40% do trigo e o zoneamento terminou dia 30.06.



Região Sudeste

Guarapuava - Não houve perdas significativas na área de grãos, pois o início do plantio das culturas de inverno ocorre a partir de 20 de junho e ainda está no período recomendado. O atraso de aproximadamente 10 dias poderá influir no aumento de doenças no futuro, se houver o aumento da temperatura na época do espigamento e enchimento de grãos. Por isso, poderá ocorrer aumento na aplicação de fungicidas e, conseqüentemente, aumentos dos custos. Houve prejuízo nas pastagens de aveia e azevém devido ao pisoteio do gado, favorecendo a compactação com a umidade elevada do solo. Na área de hortaliças as perdas foram pequenas, já que, nessa época, são cultivadas em estufa.



Ipiranga - Pouca safrinha de feijão para colher. Não houve prejuízos significativos nas culturas de inverno, alguns problemas com o trigo, aveia e cevada. Na cultura de trigo resta 20% de área para plantar. Os maiores problemas são as condições das estradas, com as chuvas levando pontes, pontilhões, dificultando a locomoção.

Irati - Atraso no plantio de trigo e cebola, devido ao excesso de umidade no solo e dificuldades de acesso às lavouras. Na cultura da batata a chuva não prejudicou a qualidade.

Prudentópolis - O maior problema ocorre nas estradas com péssimas condições, alagamentos, pontes que foram levadas pelas enchentes. Alguma parte do feijão safrinha se perdeu.





Aveia

Acamamento devido ao volume de chuvas e incidência de manchas, prejuízo para a qualidade final.



Arroz

Áreas de várzeas destinadas ao arroz irrigado estão alagadas. Arroz pré-germinado o prejuízo é grande. Perdas significativas.



Café

Perdas na qualidade e perda de frutos (frutos no solo). Chuva na época da colheita. Futuro encarecimento da mão de obra. Produto sem preço. Nelson Menolli da Emater estima um prejuízo de R\$ 2,1 milhões. Colheita a ser retomada.



Cana-de-açúcar

As lavouras que estão para serem colhidas não foram tão prejudicadas como as do café. Ocorreu atraso na colheita, com mais de 20 dias de usinas paradas, o que interfere no planejamento de moagem da safra e traz prejuízos por falta de atendimento dos contratos de venda dos produtos na época estabelecida. Os plantios novos foram prejudicados, em muitas áreas as mudas foram arrastadas pela água. O solo arenoso da região onde predomina os plantios do estado foram severamente afetados pela erosão. As estradas perderam condição de trafegabilidade, pontes foram destruídas.



Feijão

Estragos consideráveis. Produto apresentando problemas pelo excesso de umidade. O feijão carioca deverá perder a cor e ser vendido a baixos preços pela má qualidade. A área de feijão não colhida foi perdida.



Leite

A sanidade dos animais foi atingida, com muitos registros de problemas com mastites e podridão de cascos. Animais sofreram com "stress" o que causa diminuição da produção de leite. Produtores perderam leite armazenado por falta de condições de trafegabilidade das estradas. Pastagens com excesso de barro, desenvolvimento comprometido. Qualidade do milho silagem prejudicado.



Milho

Ocorrência de brotamento e de milho ardido. O excesso de chuvas poderá comprometer a qualidade e redução da produtividade. Requeima, falta de luminosidade, apodrecimento. Doenças fungicas. Milho silagem prejudicado.



Pecuária

Perdas no rebanho, ovinos, equinos, carneiros. Animais não conseguiram pastar e estragaram a aveia da pecuária. Pisoteio do gado, com prejuízo para a aveia e azevém, favorecendo a compactação com a umidade do solo.



Trigo

Chuvas excessivas comprometem a qualidade e provável redução da produção. Ocorrência de doenças como giberela e brusone devido ao excesso de umidade. Erosão e lixiviação. Para quem plantou em abril a situação é crítica, trigo espigado sem condições de tratamento. Para quem plantou em maio (entre 10 e 15) em boas condições. Comprometimento na fase de pendoamento. Ferrugem e manchas foliares. Atraso no plantio.



Hortaliças

- Nas hortaliças houve atrasos no plantio, motivo que deverá manter preços altos nos próximos meses. Já percebe-se preços reajustados em torno de 20%. Grandes perdas nas folhosas, ataque de doenças severo, as que não foram atingidas pelas doenças tiveram desenvolvimento prejudicado pela baixa luminosidade e baixa absorção de nutrientes.



Fruticultura

- Na fruticultura ocorreu atraso nos tratos culturais. Na cultura do morango houve queda severa de frutos em razão de excesso de umidade e falta de luz. Na uva de mesa, as podas realizadas em final de maio e primeira quinzena de junho, não tiveram o resultado esperado, pois em função das chuvas e tempo nublado os brotos novos resultaram estéreis e estão sendo feitas repodas. Consequentemente não haverá colheita no início de novembro, devendo concentrar-se em dezembro, derrubando os preços ao produtor.
- As lavouras de uva que estavam próximo a colheita tiveram grandes perdas.
- As lavouras de limão thaiti, que tinham florescido nos meses de abril e maio perderam toda a produção e haverá falta do produto nos meses de agosto e setembro próximo.
- Houve concentração de colheita de abacaxi na tentativa de salvar o produto.

Conservação de solo

Cuidados com o manejo ajudam em épocas de chuvas em excesso

Por Carla Beck, engenheira agrônoma do DTE/FAEP



As chuvas excessivas ocasionaram erosão nas lavouras e nas estradas em todas as regiões do Paraná provocando perdas de solo, de água e de fertilizantes minerais e orgânicos.

Mesmo aqueles produtores que fizeram práticas conservacionistas tiveram problemas de erosão, pelo excesso das chuvas.

A topografia, profundidade, permeabilidade, textura, estrutura e fertilidade do solo são fatores que influenciam o controle da erosão.

A conservação de solos mal feita resulta em redução da rentabilidade. Afeta as estradas aumentando o custo de manutenção, compromete os entornos das vilas e sedes de propriedade, causa aumentos nos picos de vazão dos rios, resultando em destruição de pontes e bueiros.

A chuva não escolheu região e os estragos foram generalizados, porém no Noroeste, devido aos solos serem arenosos, as perdas de solo foram ainda maiores como pode-se notar na fotos acima e na página seguinte.

Técnicas de conservação do solo

- O produtor rural pode realizar um trabalho preventivo que ajudará muito nessas situações de grandes precipitações como as

desse ano tais como:

- As operações de preparo do solo devem ser reduzidas ao mínimo, diminuindo assim os riscos de degradação, perdas de solo e água.
- O plantio deve ser feito paralelamente às curvas de nível, uma vez que essa é uma ótima prática de contenção da enxurrada. A curva de nível contribui para conter a erosão, pois evita que a água da chuva desça a vertente com grande velocidade.
- Plantio em faixas de culturas com crescimento denso, em nível, com o propósito de amortecer a velocidade das enxurradas. Faixas de outras culturas, que oferecem pouca proteção ao solo, deverão ser dispostas paralelamente às faixas de cultura em nível.
- Uso de terraço, quando recomendado, nessa técnica a água é retida impossibilitando a formação de escoamento de enxurrada.
- Recuperar a cobertura vegetal das áreas de preservação permanente das matas ciliares. Tal medida serve como barreira para impedir a passagem de enxurrada e evitar o assoreamento dos mananciais.
- Nas áreas consolidadas devem-se observar critérios técnicos de conservação de solo e água que serão estabelecidos no Programa de regularização ambiental.
- Promover um Sistema de Plantio Direto com qualidade.



Participação

“O produtor não pode ser um assistente passivo deste processo. Tem que participar, opinar, até para não ficar apenas com o ônus do processo. Os comitês de bacia e a elaboração dos planos de bacia são mecanismos bastante adequados para isso”, lembra a engenheira agrônoma Carla Beck, do DTE/FAEP.

Microbacias

O Sistema Estadual da Agricultura coordena o Programa de Gestão do Solo e da Água em Microbacias. Este Programa tem o objetivo de gerar referência para uma agricultura sustentável em pelo menos uma microbacia, em cada um dos municípios do Estado.

A premissa básica é a participação dos agricultores e das organizações que os representam, como os sindicatos, a FAEP, a FETAEP, as cooperativas, a OCEPAR.

Para alcançar o objetivo proposto, o Programa apoiará a



implantação de práticas que promovam o aumento da renda de forma sustentável nas propriedades das microbacias que serão trabalhadas, por meio de um plantio direto com qualidade associado as práticas conservacionistas já citadas e da adequação das estradas rurais.

Linhas de financiamento

Para recuperação de solos atualmente são disponíveis as seguintes linhas de financiamento:

LINHA BNDES	JUROS	ITENS FINANCIÁVEIS	LIMITE DE CRÉDITO (MIL R\$)	PRAZO (ANOS)
MODERAGRO	5,5% a.a	Apoiar a recuperação dos solos por meio do financiamento para aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas	800	até 10 anos incluídos até 03 anos de carência
INOVAGRO	3,5% a.a	Serviços de agricultura de precisão, desde o planejamento inicial da amostragem do solo à geração dos mapas de aplicação de fertilizantes e corretivo	1.000	até 10 anos incluídos até 03 anos de carência
INVESTIMENTO (MCR 3-3)	5,5% a.a	Proteção, correção e recuperação do solo, inclusive a aquisição, transporte e aplicação dos insumos para estas finalidades	350	até 12 anos incluída a carência

Fez seguro? Veja o que fazer



O produtor que contratou Proagro ou Seguro Agrícola deve:

- Comunicar a ocorrência de perdas ao agente financeiro (Proagro) ou para a seguradora (seguro agrícola);
- Aguardar a vistoria do perito indicado;
- Não colher nenhuma parte da lavoura antes da vistoria do perito;
- Fazer a colheita somente depois da liberação da área pelo agente financeiro ou pela seguradora.

Quando o perito realizar a vistoria para comprovação das perdas:

- Acompanhar pessoalmente o perito na vistoria. No caso do seguro agrícola, caso não concorde com a avaliação do perito, deve assinar o laudo e manifestar a sua discordância, escrevendo de próprio punho nesse mesmo laudo os motivos. A seguradora indicará um novo perito para fazer nova vistoria.
-

Quando houver agravamento de perdas:

- Após vistoria pelo perito que estimou a produção a ser obtida e o evento continuou a prejudicar a lavoura, ou ocorreu outro evento

que baixou a quantidade e qualidade do produto, o agricultor deve dirigir-se ao assistente técnico, ao agente financeiro ou a seguradora e comunicar que as perdas se agravaram.

- Nas lavouras que sofreram com as chuvas excessivas por longo período de dias, onde não foi possível aplicar defensivos ou que, mesmo aplicando não surtiu efeito por conta das chuvas, o agricultor deve verificar a possibilidade de ocorrer perdas significativas de produção/qualidade do produto devido a doenças.
- Se constatar que podem ocorrer perdas imediatas ou futuras, o agricultor deve comunicar o fato à Seguradora ou ao agente financeiro no caso de Proagro.
- Deverá ser designado um perito para vistoriar a área.
- As primeiras vias das notas fiscais dos produtos adquiridos devem ser guardadas para apresentação futura ao perito e à seguradora ou ao agente financeiro.
- Após a colheita, a comercialização da safra deve ser imediata e as primeiras vias das notas fiscais de venda devem ser levadas imediatamente ao agente financeiro (Proagro).

Funrural: cobrança continua obrigatória ao produtor

Os esclarecimentos sobre as contribuições



A cobrança do Funrural continua sendo obrigatória ao produtor. Toda vez que ele comercializa um produto agropecuário, contribui com o Funrural – nome pelo qual ficou conhecida a contribuição previdenciária do setor agrícola. Quando um pecuarista, por exemplo, vende uma média de 10 bois a um frigorífico, o mesmo vai descontar 2,3% do valor da venda. Desse valor, 2,1% são para o Funrural e 0,2% do SENAR. “Os produtores que julgam que não devem recolher o Funrural devem entrar na justiça. Com a liminar ou decisão judicial em mãos exigir que a empresa não faça o desconto”, explica José Luiz Machado, coordenador de arrecadação do SENAR-PR.

Segundo ele, o fato de o Superior Tribunal Federal (STF) ter julgado inconstitucional o Funrural, em 2010, não

significa que a lei foi extinta. “A legislação continua em vigor e o tributo continua sendo devido. A Lei que traz o recolhimento sobre a comercialização da produção rural (Art. 1º da lei nº 8.540/1992) só deixará de vigorar se o Senado publicar um ato Federativo anulando o artigo 1º da lei ou se houver uma nova Lei que altere ou revogue o artigo 1º da lei 8.540/1992”, observa Machado.

Segurado especial e contribuinte individual

De acordo com Machado, há dois tipos de produtores: o segurado especial e o contribuinte individual. O primeiro deve ter uma área igual ou inferior a quatro módulos fiscais, trabalhar



em regime de economia familiar; sem empregados permanentes (lei nº 11.718/2008), sem folha de pagamento. Ele contribui com 2,3% sobre a comercialização da produção rural, sendo 2,1% ao Funrural e 0,2% ao SENAR. Essa contribuição servirá para sua aposentadoria e demais benefícios junto à Previdência Social. “O segurado especial não foi declarado inconstitucional pelo STF. A sua contribuição sobre a receita de comercialização da produção está prevista no artigo 195, parágrafo 8º da Constituição Federal de 1988”, justifica.

No caso do produtor enquadrado como contribuinte individual, ele trabalha em uma área superior a quatro módulos fiscais, tem empregados permanentes, a contribuição é de 2,3% sobre a comercialização (em substituição a cota patronal de 20% INSS e 3% RAT, sobre a folha de pagamento; tem ainda a contribuição sobre a folha de pagamento ao salário educação e ao Incrá. Para sua aposentadoria ou qualquer outro benefício junto ao INSS, deverá recolher a contribuição própria obrigatória (carnê do INSS).

Afinal, o que é Funrural?

O Funrural foi criado na década de 1970 com o objetivo de estender ao homem do campo os benefícios previdenciários dos trabalhadores urbanos. Foi extinto com o advento da Lei 8.212/1991, porém, Contribuição Previdenciária Rural ficou conhecida como Funrural. É uma contribuição substitutiva da cota patronal do encargo previdenciário (20%) mais o percentual do RAT – Riscos Ambientais do Trabalho (3%) dos produtores rurais pessoas físicas, jurídicas e também das empresas agroindustriais. Para o segurado especial o Funrural é o custeio de sua previdência, servindo para aposentadoria e outros benefícios junto ao INSS. A alíquota do FUNRURAL é de 2,1%, sendo 2,0% para o INSS e 0,1% para o RAT. A contribuição ao SENAR, de 0,2%, não faz parte do Funrural, ainda que seja sobre o valor da comercialização da produção e recolhida na mesma Guia da Previdência Social (GPS), pois tem natureza jurídica diferente do Funrural.

Contribuição do SENAR

A contribuição ao SENAR continua sendo devida normalmente, indiferente do enquadramento do produtor rural. As empresas adquirentes de produção de pessoas físicas, entre elas as cooperativas, têm feito normalmente a retenção e o recolhimento da contribuição ao SENAR.

A guia de recolhimento

O recolhimento para o SENAR é feito através da guia da Previdência Social (GPS) e arrecadada pela Receita Federal, como contribuição devida a Terceiros (SENAR), Códigos de Pagamento 2704, 2607, 2437 2011 se houver recolhimento concomitante para a Previdência Social, ou os Códigos de Pagamento 2615 e 2712, se for recolhimento apenas para o SENAR – Campo 09 – Valor de Outras Entidades.



FAEP envia sugestões à PEC 57

O senador Álvaro Dias informou através de ofício, na semana passada, que encaminhará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado as sugestões da FAEP para a votação da PEC 57, que trata do trabalho escravo nos meios rural e urbano. Segundo o senador, os dados sobre o tema enviados pela FAEP “são importantes subsídios para nortear os debates em torno da PEC 57”.

Ajuste dos preços mínimos da PGPM

A FAEP encaminhou ofício, no último dia 03, aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Casa Civil, Planejamento e Fazenda solicitando que os preços mínimos descritos na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) sejam ajustados em relação aos custos de produção vigentes. No documento, o presidente da Faep, Ágide Meneguette, defende que os preços mínimos coerentes com os custos de produção são fundamentais para garantir ao produtor a continuidade na atividade quando a comercialização é lenta e com preços abaixo dos praticados na PGPM.

“O Plano Agrícola e Pecuário da safra 2013/14 trouxe modificações positivas para o setor agropecuário criando novas linhas de crédito para atender às necessidades dos produtores, ampliando os recursos disponibilizados com taxas de juros mais acessíveis. Mas a PGPM é também um mecanismo que contribui no longo prazo para maior oferta de alimentos e redução dos índices inflacionários”.

O ofício mostra que a variação acumulada de 38% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no período de 2007 a 2013,

foi muito menor que a elevação dos custos para produzir alimentos. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) registrou variação média de 54%, no mesmo período, para soja, milho, trigo e feijão. O aumento dos custos de produção no campo se deu pela elevação das despesas com fertilizantes, defensivos, mão de obra, sementes, entre outros itens (veja quadro).

“Os atuais preços mínimos não refletem o custo atual de produção calculado pela Conab e não permitem aos produtores visualizar uma política de garantia de preços adequada. Por isso, solicitamos para arroz, milho, trigo e café, o ajuste dos preços mínimos coerentes com os valores do custo de produção calculado pela Conab”, conclui o presidente da FAEP.

Cultura	Custo operacional (2013/14) - Conab	Preço mínimo vigente (2013/14)
Arroz longo fino em casca	R\$ 36,33	R\$ 33,00
Milho	R\$ 21,73	R\$ 17,67
Trigo – Pão tipo 2	R\$ 37,71	R\$ 28,67
Café arábica	R\$ 339,53	R\$ 307,00

Fonte: MAPA e CONAB

Publicação de normas do BNDES referente à safra 2013/14

A FAEP encaminhou o ofício, no dia 08 de julho, ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, solicitando agilidade na publicação das novas normas de financiamento previstas no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e Plano Safra 2013/14. No ofício, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, explica que os produtores rurais têm procurado os agentes financeiros, mas são informados que as novas regras ainda não estão disponíveis. “Tanto o PAP e o Plano Safra 2013/14 trouxeram mudanças positivas como a redução de juros para determinadas linhas, o aumento do limite de crédito, dentre outras, além da criação de novas linhas de crédito, com

grande interesse por parte dos produtores. Com o início do ano safra 2013/14 a partir de 1º de julho, os produtores já buscam nos agentes financeiros o acesso ao crédito nas novas condições anunciadas”, comenta.

Meneguette afirma que para algumas linhas de crédito os produtores já aguardavam por algum tempo novas medidas, como é o caso do financiamento de caminhões para produtor rural no Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que ainda não está operando nas novas condições anunciadas no Plano Agrícola.





O adeus a Jorge Proença

O engenheiro agrônomo Jorge Proença Filho atravessou seus 76 anos interrompidos no último dia 6, em Curitiba, como um ser humano generoso, em todos os sentidos. “Humano, amigo, conselheiro, um homem de muita fé pela sua fé kardecista”, decifram com carinho os profissionais, que por muitos anos trabalharam junto com ele no Departamento Técnico Econômico da FAEP.

“Ele nos ensinou o significado das palavras amizade e solidariedade, além de nos transmitir o mais profundo senso de profissionalismo. Tudo nele era amor, sabedoria e profissionalismo. Esteja sempre conosco, amigo querido”, dizem eles.

Especialista em crédito rural e seguro agrícola, durante 15 anos Jorge Proença fez parte do corpo técnico do Sistema Faep e rotineiramente era convocado para tratar desses dois temas no país e no exterior. Ajudou a desenvolver inúmeros estudos e documentos sobre a economia agropecuária do Paraná e do País.

Deixou dois filhos, Raquel e Tarcilo, e quatro netos.

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 30/06/2013

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-12	13						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	-	-	21.104.036,67	-	2.341.952,64	-	27.743.143,93
Setor Suínos	3.560.137,02	6.763.182,00	-	2.230.905,54	-	181.518,99	-	12.372.705,57
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	-	-	2.199.994,00	-	-	-	3.681.952,15
Setor de Equídeos	53.585,00	-	-	91.515,10	-	-	-	145.100,10
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	9.092,91	-	-	-	14.931,52
Setor Aves de Postura	37.102,41	-	-	113.288,60	-	-	-	150.391,01
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	13.981.000,00	6.763.182,00	141.031,00	25.887.513,91	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	44.030.656,85
SALDO LÍQUIDO TOTAL								44.030.656,85

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,0 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 12º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

MARINGÁ



Forragicultura e Ovinos

O Sindicato Rural de Maringá realizou no dia 09 de maio, durante a Expoingá 2013, o curso de Forragicultura - estabelecimento, recuperação e reforma de pastagem. A turma formada por 11 agricultores e estudantes de zootecnia e veterinária da Universidade Estadual de Maringá teve como instrutor Claudécir Pietro. Outro curso oferecido pelo sindicato na exposição foi o de Manejo de Ovinos e aulas foram ministradas pela instrutora Jaciane Klealklank.

NOVA CANTU



Qualidade de Vida

O Sindicato Rural de Nova Cantu ofereceu, no dia 14 de junho, o curso Qualidade de Vida – Idosos. Com a presença de 16 produtoras rurais, a turma recebeu a orientação da instrutora Nelcy de Freitas Carneiro.

CIANORTE



Holambra

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a FAEP, promoveu uma visita técnica à 20ª. Exposição Técnica de Horticultura (Hortitec), em Holambra (SP). O evento aconteceu no período de 19 a 21 de junho, quando 42 produtores paranaenses puderam conhecer as técnicas para cultivo protegido e culturas intensivas.

CASCAVEL



Artesanato com palha de milho

Um grupo de 13 alunos da Apae de Cascavel participaram do curso de Artesanato - Cestaria e Trançados – artesanato com palha de milho – bonecos, que foi realizado no período de 17 a 19 de junho. A capacitação aconteceu numa parceria entre o Sindicato Rural Cascavel, SENAR-PR e Apae, e o instrutor foi Geimar Nava.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Turismo Rural

O Sindicato Rural de São José dos Pinhais promoveu, nos dias 03, 10 e 17 de junho, o curso de Trabalhador em Turismo Rural - Oportunidades de Negócios, que contou com a participação de 14 produtores e produtoras rurais. O instrutor foi Fabio Barros Perioto.

GUARANIAÇU



Posse

No dia 24 de maio, tomou posse a diretoria eleita do Sindicato Rural de Guaraniaçu. Foram eleitos: Mauri Antônio Alamini como presidente; Eda Mioranza Thomé como vice-presidente; Eloi Cassol como secretário e Erico Cassol como tesoureiro. Essa diretoria fica no cargo até 24 de maio de 2016.

RIBEIRÃO DO PINHAL



Transporte Rodoviário

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal ofereceu, no dia 11 de junho, o curso de Atualização de Condutores de Veículos Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros. A turma de 20 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutor do Senat Jackson Silvio Frutoso de Mello Coelho.

PALOTINA



Aplicação de agrotóxicos

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com o SENAR-PR, ofereceu o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - integrado de agrotóxicos - costal manual e tratorizado de barras - NR 31. A capacitação ocorreu no período de 27 a 29 de maio para 12 trabalhadores rurais e o instrutor foi Alcione José Ristof.

CARAMBEÍ



De Olho na Qualidade

O Sindicato Rural Carambeí, em parceria com a Batavo Cooperativa Agroindustrial, organizou uma turma com 18 produtores rurais para o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - De Olho na Qualidade. Os encontros começaram no dia 02 de maio e seguem até 22 de agosto. A instrutora é Cleri Josane de Meo.

ALTAMIRA DO PARANÁ



Tratorista agrícola

No dia 11 de junho, o Sindicato Rural de Campina da Lagoa ofereceu em sua extensão de base em Altamira do Paraná o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) - Operação de Implementos - Semeadeira e Plantadeira. A capacitação teve a parceria da COAMO e reuniu 10 produtores rurais. O instrutor foi Domingos Carlos Basso.

CORONEL VIVIDA



Posse

No dia 18 de junho, foi empossada a diretoria do Sindicato Rural de Coronel Vivida. Foram eleitos: Cleverson Mattei como presidente; Mario Mior como vice-presidente; José Antônio Trema como secretário e Claudinei Bodanese como tesoureiro. A nova gestão vai até 17 de junho de 2016.

CAMPINA DA LAGOA



Produtos perigosos

Nos dias 11 e 12 de junho, O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso Condutores de Veículos Rodoviários Transportadores de Produtos Perigosos (Mopp) – Eficácia, responsabilidade e segurança no Mopp. Houve a participação de 18 produtores rurais e o instrutor foi Osni Alves Barbosa, do Sest/Senat – Unidade de Cascavel.

RIBEIRÃO CLARO



Panificação

Nos dias 17 e 18 de junho, o Sindicato Rural de Ribeirão Claro, em parceria com o SENAR-PR, realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação. As aulas foram ministradas pela instrutora Celeste de Oliveira Mello e houve a participação de 13 produtoras e trabalhadoras rurais.

PIRAÍ DO SUL



Visita técnica

O Sindicato Rural de Pirai do Sul, em parceria com a FAEP, realizou uma viagem técnica a 20ª Hortitec em Holambra (SP), no dia 20 de junho. Participaram da visita 27 produtores rurais e estudantes.

RENASCENÇA



JAA

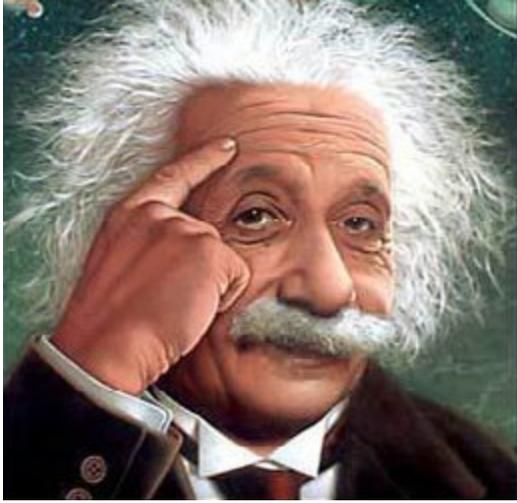
O Sindicato Rural de Renascença concluiu mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). A turma composta por 17 jovens tiveram como instrutora Nágila Lavoratti.

UBIRATÃ



Manejo e mandioca

No período de 04 a 08 de junho, o Sindicato Rural de Ubitatã ofereceu o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha na Comunidade São João. O instrutor do grupo de sete produtores e produtoras rurais foi Euler Marcio Ayres Guerios. O sindicato também realizou, nos dias 17 e 18 de junho, o curso de Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca. A capacitação, que contou com a parceria do Centro de Atenção Psicossocial (Caps), foi ministrada pela instrutora Herta Radecki.



Inteligente e bonita?

Certa vez, Einstein recebeu uma carta da miss New Orleans, onde dizia a ele:

- Professor Einstein, gostaria de ter um filho com o senhor...

A minha justificativa se baseia no fato de que eu, como modelo de beleza, teria um filho com o senhor e, certamente, o garoto teria a minha beleza e a sua inteligência.

Einstein respondeu:

- Querida miss New Orleans, o meu receio é que o nosso filho tenha a minha beleza e sua inteligência.



Chicletes

Uma das coisas que praticamente toda criança cresceu ouvindo é sobre o risco quase fatal de engolir um chiclete. Quem nunca ouviu dizer que “isso vai grudar seu estômago” ou “se você engolir um chiclete, ele ficará em sua barriga por sete anos? Mas a verdade é que os chicletes são feitos à base de goma, açúcares, corantes e flavorizantes. Essa mistura é realmente indigesta, o que significa que ela levará mais tempo para ser digerida. Mas, fique tranquilo, a goma que você engoliu hoje será eliminada em dois dias.

Bicho burro

As mesmas dificuldades que o cavalo enfrenta na natureza também são enfrentadas pelo burro. E os seus cérebros são muito semelhantes, proporcionalmente ao tamanho do seu corpo. Aliás, os burros tendem a mostrar um comportamento muitas vezes mais inteligente que o cavalo, que são propícios a sofrer ataques de pânico, começando a correr desenfreadamente, o que muitas vezes pode ser perigoso. O burro é um animal muito mais ponderado e calmo nas suas atitudes e reações do que o cavalo. Além disso, desenvolveram uma relação muito interessante com os seres humanos, conseguindo entender o seu estado de espírito, através da sua expressão facial.



Borboletas

As cores metálicas das borboletas confundem os pássaros. O movimento rápido de suas asas produz lampejos cintilantes que ofuscam os olhos das aves, deixando-as desorientadas e fazendo-as perder sua presa. As fêmeas voam muito alto e suas cores não são tão atraentes para os caçadores.

Constatações

Cada soluço dura menos de 1 segundo e ocorre com frequência normal e regular de 5 a 25 vezes por minuto. O livro dos recordes menciona um soluço que durou 57 anos.

Os primeiros executivos

Há mil anos, as grandes corporações eram os exércitos e os generais, executivos com armas na mão. Em 1215 um mongol, mestre da guerra, Gengis Khan dominou um quarto da população do planeta. Seu maior trunfo foi saber administrar um império, adotando sofisticadas técnicas gerenciais. Depois que dominava uma cidade ou império, reorganizava a administração local, selecionando executivos entre os cidadãos. Cada regimento possuía um grupo de administradores e todos seus integrantes recebiam bonificações por desempenho no campo de batalha. A estratégia motivava os "executivos" de Khan na gestão de seus negócios. Entre os derrotados, os melhores guerreiros também ganhavam uma remuneração por sua bravura.



Nome Próprio

Há muitos anos, no período Clássico, todas as palavras eram escritas só em maiúsculas, inclusive os nomes próprios. As letras minúsculas foram criadas por volta do século 8. A necessidade surgiu diante da dificuldade de escrita e de leitura das palavras em letras maiúsculas. Mas as regras para o uso dos dois tipos de letras datam do século 12, servindo a maiúscula para marcar o início de um capítulo ou parágrafo e ajudando a identificar nomes próprios de pessoas.



Falar com mulheres deixa homens mais burros

O doutor Johan C. Karremans, da Radboud University of Nijmegen, nos Países Baixos, promoveu duas pesquisas, publicadas no Journal of Experimental Social Psychology, para mostrar que interações entre sexos causam uma queda temporária nas funções cognitivas do cérebro. Nos testes, homens e mulheres tiveram que conversar com estranhos de ambos os sexos e, ainda, preencher testes matemáticos e de associação de palavras antes e depois da interação. O público masculino apresentou uma sensível queda em seu desempenho depois de conhecer mulheres. E quanto mais atraente era a moçoila, maior o declínio nos resultados. O efeito é o mesmo seja o macho casado, solteiro ou comprometido.



O Suor

Num baile lá em Minas, tinha um mineirinho que suava tanto que nenhuma mulher queria dançar com ele. Até que, penalizada, uma mineirinha resolve dançar com o suadão. Depois de uns três passos, já toda encharcada, ela diz:
- Você sua, heim?!

Imediatamente ele diz:
- Ó, meu amor, também serei todo seu... E deu-lhe aquele abraço!

BOM MESMO



Tem uma crônica do Paulo Mendes Campos em que ele conta de um amigo que sofria de pressão alta e era obrigado a fazer uma dieta rigorosa. Certa vez, no meio de uma conversa animada de um grupo, durante a qual mantivera um silêncio triste, ele suspirou fundo e declarou:

– Vocês ficam aí dizendo que bom mesmo é mulher. Bom mesmo é sal!

O que realmente diferencia os estágios da experiência humana nesta Terra é o que o homem, a cada idade, considera bom mesmo. Não apenas bom. Melhor do que tudo. Bom MESMO.

Um recém-nascido, se pudesse participar articuladamente de uma conversa com homens de outras idades, ouviria pacientemente a opinião de cada um sobre as melhores coisas do mundo e no fim decretaria:

– Conversa. Bom mesmo é mãe.

Depois de uma certa idade, a escolha do melhor de tudo passa a ser mais difícil. A infância é um viveiro de prazeres. Como comparar, por exemplo, o orgulho de um pião bem lançado, o volume voluptuoso de uma bola de gude daquelas boas entre os dedos, o cheiro da terra úmida e o cheiro de caderno novo?

– Bom mesmo é o cheiro de Vick VapoRub.

Mas acho que, tirando-se uma média das opiniões de pré-adolescentes normais brasileiros, se chegaria fatalmente à conclusão de que nesta fase bom mesmo, melhor do que tudo, melhor até do que fazer xixi na piscina, é passe de calcanhar que dá certo.

Mais tarde a gente se sente na obrigação de pensar que bom mesmo é mulher (ou prima, que é parecido com mulher), mas no fundo ainda acha que bom mesmo é acordar na segunda-feira com febre e não precisar ir à aula.

Depois, sim, vem a fase em que não tem conversa. Bom mesmo é sexo!

Esta fase dura geralmente até o fim da vida, mesmo quando o sexo precisa disputar a preferência com outras coisas boas (“Pra mim é sexo em primeiro e romance policial em segundo, mas longe”). Quando alguém diz que bom mesmo é outra coisa, está sendo exemplarmente honesto ou desconcertantemente original.

– Bom mesmo é figada com queijo.

– Melhor do que sexo?

– Bom...Cada coisa na sua hora.

Com a chamada idade madura, embora persista o consenso de que nada se iguala ao prazer, mesmo teórico, do sexo, as necessidades do conforto e os pequenos prazeres da vida prática vão se impondo.

– Meu filho, eu sei que você aí, tão cheio de vida e de entusiasmo, não vai compreender isto. Mas tome nota do que eu digo porque um dia você concordará comigo: bom mesmo é escada rolante.

E esta é a trajetória do homem e seu gosto inconstante sobre a Terra, do colo da mãe, que parece que nada, jamais, substituirá, à descoberta final de que uma boa poltrona reclinável, se não é igual, é parecido. E que bom, mas bom MESMO, é nunca mais ser obrigado a ir a lugar nenhum, mesmo sem febre.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br